

O Rosto da cidade ou qual nossa relação rostidade-cidade?

Pedro Dotto

A cidade não é um lugar. É a moldura de uma vida. A moldura à procura do retrato, é isso que eu vejo quando revisito meu lugar de nascimento. Não são ruas, não são casas. O que revejo é um tempo, o que escuto é a fala desse tempo –

Mia Couto, *Pensamentos*.¹

Conglomerado multiforme de pessoas, edificações, automóveis, pontes, estabelecimentos comerciais, escritórios, árvores, janelas, bueiros, argamassa, arranha-céus e antenas encerrado dentro de linhas geopolíticas locais e imaginárias. Multiplicidade aparentemente inconciliável, indomável – caos condensado –, formando um caleidoscópio social cujo nome seria algo como *cidade*. E, no entanto, apesar da heterogeneidade dos elementos que a compõe, ela persiste, dia após dia, funcionalmente entrelaçada, organizada em sua própria medida e atuante dentro de suas próprias balizas.

O que lhe dá sustentação, harmonizando-a em compasso com o bater do relógio, ao ritmo da fábrica ou da empresa? O que a estratifica, injetando concreto e fumaça em suas veias pulsantes e incontroláveis? Enfim, o que a sobrecodifica e determina seus movimentos e oscilações?

O Rosto. É dele que a cidade retira sua formatação, a regular

¹ Couto, M. *Pensamentos - textos de opinião*. Lisboa: Caminho, 2005, p. 145.

disposição de seus componentes, o encadeamento “ordenado” de seus fluxos e a administração maquínica da vivência social². Em breves palavras: ao passo que o rosto cria uma *névoa de significância* mutuamente compartilhada e erige uma *moldura de subjetividade* na qual as pessoas devem se inserir, acaba por se tornar “um verdadeiro porta-voz” por meio do qual “as escolhas se guiam e os elementos se organizam”³.

Lembremo-nos, com Deleuze-Guattari, que

o rosto só se produz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo, quando para de ser codificada pelo corpo, quando ela mesma para de ter um código corporal plurívoco multidimensional - quando o corpo, incluindo a cabeça, se encontra descodificado e deve ser *sobrecodificado* por algo que denominaremos Rosto. É o mesmo que dizer que a cabeça, que todos os elementos volume-cavidade da cabeça devem ser rostificados.⁴

Portanto, o fato de a cidade possuir um Rosto implica uma espécie de *assujeitamento* (rostificação) das diversas formas do viver e dos variados equipamentos e arranjos sociais sob o jugo da rostidade. Nesses termos, o Rosto funciona como um filtro a selecionar as condutas, gestos, afetos - e a significação deles decorrentes - que se enquadrem no código por ele estabelecido e por ele representado. Moldando, ou melhor, sobrecodificando o corpo social *à sua própria imagem e aparência*⁵.

De outra forma, diríamos que o Rosto impõe (ou ao menos procura impor) sua *marca* por todos os cantos com os quais entra em contato,

2 Utilizamos o conceito de *rostos* e de *máquina abstrata de rostidade* mobilizados por Gilles Deleuze e Félix Guattari no platô “Ano zero – rostidade” (in: *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia*, v. 3. Tr. br. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012). Apesar da abordagem crítica deles, neste ponto, não dizer respeito expressamente à relação *rostidade-cidade*, tratando-se de uma abordagem muito mais vasta, em uma tentativa reluzente de esmiuçar o funcionamento e a engenharia própria da *rostidade* e da *máquina abstrata* que lhe é correlata, entendemos ser bastante profícuo e instigante deslocar esta análise e focalizá-la dentro de parâmetros mais tangíveis e específicos como o da cidade, com o intuito de entrever os mecanismos que lhe cercam.

3 Deleuze, G. e Guattari, F. Ano zero – Rostidade, op. cit., p. 52.

4 Ibidem, p. 39.

5 Não é a toa que o título deste sétimo platô seja “Ano zero – rostidade”.

esquadrinhando o campo social e delimitando a vida em todos seus aspectos. Cumpre uma função eminentemente (bio)política⁶, pois não nos enganemos quanto a isto. É dotado de uma materialidade puramente histórica, atende a certo número de estratégias e se interconecta com os demais dispositivos existentes na cidade criando agenciamentos que lhe servem de sustentáculo e que reforçam seu próprio poderio⁷.

Nesse cenário, o Rosto busca amplificar seus traços⁸ e impor o seu regime de significância-subjetivação de maneira generalizada dentro da circunscrição urbana, afogando-a com seu peso e força, capturando as expressões de subjetividade para dentro do seu sistema de poder, varrendo as condutas dissidentes do seu regime e costurando o tecido social com os signos do capital.

Com efeito, dupla função do Rosto (na verdade, da *máquina abstrata de rostidade* que o engendra ao mesmo tempo em que cumpre estas funções⁹): a) estabelecer o regime de subjetivação que melhor se enquadre aos seus objetivos e b) decretar, ou ungir, um determinado sistema de significância que se conjugue com seus fins.

Vê-se que, por natureza, o Rosto é essencialmente autoritário, despótico; em termos foucaultianos, *normalizador*, uma vez que é terminantemente inimigo da plurivocidade e das diferentes formas de se conceber o efetivo direito à cidade em toda sua potência inventiva. Neste instante, é preciso ressaltar mais uma vez que o Rosto é uma realidade biopolítica. Como tal,

6 Nos dizeres de Peter Pál Pelbart, em sua reflexão sobre o biopoder na atualidade: "Trata-se de uma forma de poder que rege e regulamenta a vida social deste dentro, seguindo-a, interpenetrando-a, assimilando-a e a reformulando. O poder não pode obter um domínio efetivo sobre a vida inteira da população a menos que se torne uma função integrante e vital que cada indivíduo abraça e reativa por sua própria conta e vontade" (Pelbart, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009, p. 82).

7 "São agenciamentos de poder bastante particulares que impõe a significância e a subjetivação como sua forma de expressão determinada, em pressuposição recíproca com novos conteúdos: não há significância em um agenciamento despótico, não há subjetivação sem um agenciamento autoritário, não há mixagem dos dois sem agenciamentos de poder que agem precisamente por significantes, e se exercem sobre almas ou sujeitos." (Deleuze, G. e Guattari, F. *Ano zero – Rostidade*, op. cit., p. 54).

8 "Pode-se dizer que o rosto assume em seu retângulo ou em seu círculo todo um conjunto de traços, traços de rostidade, que ele ira subsumir e colocar a serviço da significância e da subjetivação." (Ibidem, p. 64).

9 Cf. Ibidem, p. 37 e ss.

incide sobre o corpo individual, disciplinando seus gestos, modulando seus desejos e capturando as subjetividades dentro dos parâmetros já constituídos; e sobre os grupos e agremiações de todos os gêneros, no plano social, reforçando sua própria lógica indentitária (inviabilizando, portanto, um potencial agenciamento contestatório entre si contra o aparato da *rostidade*), além de adestra-los para um respectivo nicho de consumo, composto por certo vestuário, apetrechos, ambientes, visual, etc.

Nessa linha, é preciso retomar a reflexão de Félix Guattari sobre a cidade contemporânea, ou seja, a cidade enquanto *locus* produtor de subjetividade:

As cidades são imensas máquinas - *megamáquinas*, para retomar uma expressão de Lewis Mumford - produtoras de subjetividade individual e coletiva. O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviços do que o fato de engendrarem, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las.¹⁰

Assim, cabe- nos indagar quais as modalidades de subjetividade que uma cidade como a nossa engendra. Quais seriam as especificidades da máquina abstrata de rostidade considerada sob o ângulo da nossa megalópole da garoa?

SPeriência: o Rosto de SP

Em primeiro lugar, consideremos as palavras de Giorgio Agamben sobre as grandes cidades, fazendo eco à ideia benjaminiana da “pobreza de experiência” na Modernidade:

Porém, nós hoje sabemos que, para a destruição da experiência, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente. Pois o dia-a-dia do homem

¹⁰ Guattari, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tr. br. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2012, p. 154.

contemporâneo não contém quase nada que seja ainda traduzível em experiência: não a leitura do jornal, tão rica em notícias do que lhe diz respeito a uma distância insuperável; não os minutos que passa, preso ao volante, em um engarrafamento; não a viagem às regiões íferas nos vagões do metrô nem a manifestação que de repente nos bloqueia na rua; não a névoa dos lacrimogêneos que se dissipa lente entre os edifícios do centro e nem mesmo os súbitos estampidos de pistolas detonadas não se sabe onde; não a fila diante dos guichês de uma repartição ou a visita ao país de Cocanha do supermercado nem os eternos momentos de promiscuidade com o desconhecido no elevador ou no ônibus. O homem moderno volta para a casa à noite extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atroz – ,entretanto nenhum deles se tornou experiência.¹¹

Transportando tal relato ao cotidiano paulistano, podemos supor que o esvaziamento da experiência – compreendida em seu caráter acidental, a qual provoca mutações subjetivas, afetivas, éticas, políticas, etc. – deve-se muito ao fechamento, à clausura e à privatização da rede urbana, de tal modo que nos vemos apropriados da abertura que se faz necessária para a (re)constituição incessante de uma subjetividade em harmonia com a prática da alteridade.

Em sua pesquisa sobre a configuração sociopolítica de São Paulo, Teresa Pires chega a argumentar que o atual padrão de urbanização com que nos confrontamos, iniciado por volta dos anos 1980, é marcado pelo que ela denomina de “enclaves fortificados”¹². Em um momento em que ruiu a

11 Agamben, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tr. br. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005, p. 21-2.

12 Segunda a pesquisadora: “Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muito próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto.”

tradicional divisão centro-periferia na metrópole paulistana, no rastro dos abalos que sofreu a dialética da Casa grande & Senzala, a qual, desde a fundação da *terrae brasilis*, fornece um arco de sustentação para as elites escravocratas, coloniais e eurocêntricas, surgem novas formas de segregação urbana e de precarização do espaço público. Contra a luta dos movimentos sociais pela moradia, a “máquina desejante”¹³ dos pobres e a marcha democratizante que convulsiona a cidade de São Paulo desde a década de 1980, pelo menos, o rosto da cidade se metamorfoseia para melhor impor sua regulação sobre os novos fluxos e desejos que passam a compor o território urbano.

Assim, não é difícil perceber as espúrias ligações entre o cenário atual, especialmente em uma megalópole aterradoramente desigual e assombrosa como São Paulo, e seus mecanismos de produção de subjetividade, quando consideramos algo como a *arquitetura do medo* (Pacheco¹⁴) e a *estética de segurança* (Caldeiras¹⁵) que se alastram e são tomadas como paradigma de governo (esfera pública) e sonho-de-consumo (esfera privada). Paul Virilio, por sua vez, não deixa de notar que nas contemporâneas Cidades-Mundo a forma arquitetural do prédio passa a traduzir menos a personalidade do arquiteto do que as preocupações necessárias à segurança pública¹⁶.

Por um lado, câmeras de vigilância, catracas, detectores de metais, cercas eletrificadas, aumento brutal do contingente policial e todo um aparato

(Caldeiras, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tr. br. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3. ed. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000, p. 211).

13 “E a máquina desejante não é outra coisa: ela é uma multiplicidade de elementos distintos ou de formas simples, e que estão *ligados sobre* o corpo pleno de uma sociedade, precisamente enquanto estão ‘sobre’ esse corpo ou enquanto realmente distintos. A máquina desejante como passagem ao limite: inferência do corpo pleno, desprendimento das formas simples, consignação das ausências de liame: o método de *O capital* de Marx vai nesta direção, mas os pressupostos dialéticos impedem-no de atingir o desejo como partícipe da infraestrutura.” E ainda: “Na sua própria violência, a máquina desejante põe à prova todo o campo social por meio do desejo, prova que tanto pode levar ao triunfo do desejo como à opressão ao desejo.” (Deleuze, G. e Guattari, F. *O anti-Édipo - capitalismo e esquizofrenia*. Tr. br. Luiz B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010, p. 532-3, respectivamente).

14 Pacheco, E. M. Dos Poros ao Sopro: A Dimensão Estética da Experiência. In: Lima, E. A.; Neto, J. L. F. e Aragon, L. E. (orgs.). *Subjetividade Contemporânea: desafios teóricos e metodológicos*. Curitiba: CRV, 2010, p. 86.

15 Caldeiras, T. P. do R. *Cidade de muros...*, op. cit., p. 258.

16 Cf. Virilio, Paul. *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Tr. br. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 8.

de controle que procura garantir a manutenção dos índices de normalidade e que investe em estratégias paliativas de gerenciamento dos riscos, o que, diga-se de passagem, somente agrava o próprio problema que buscava combater pelo simples fato de que no momento em que se chega à mira do sistema de controle, *já-é-tarde-demais* para uma outra solução que não passasse por este estágio de policiamento e punição que certamente irá retroalimentar a própria configuração social que a gerou¹⁷. Por outro, condomínios encastelados, verdadeiras fortalezas privadas com direito (?!) à segurança armada e procedimentos meticulosos de resguardo contra eventuais *indesejáveis*; afora, é claro, vidros blindados dotados de *insufilm*, quartos do pânico, e toda uma rotina de monitoramento que visa evitar ao máximo o contato com o imprevisível, o que anda à espreita e que rompe com o costumeiro.

Nos dizeres de Teresa Pires:

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e de ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição [...]. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social.¹⁸

A vida destituída do acontecimento em seu sentido forte, a

17 Como defende Loïc Wacquant, esta configuração social *sui generis* dos nossos tempos integra um projeto mais abrangente e ousado de reestruturação neoliberal da vivência social que "envolve a *reorganização e a realocação do Estado* para reforçar mecanismos semelhantes ao mercado e disciplinar o novo proletariado pós-industrial, restringindo ao mesmo tempo distúrbios internos gerados pela fragmentação da mão de obra, a redução dos esquemas de proteção social e a reorganização correlata da hierarquia étnica estabelecida (etnorracial nos Estados Unidos, etnonacional na Europa Ocidental e uma mistura das duas na América Latina)." (Wacquant, L. *As prisões da miséria*. Tr. br. André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 175-6).

18 Caldeiras, T. P. do R. *Cidade de muros...*, op. cit., p. 259.

catracalização dos fluxos que perpassam o território urbano, renovadas formas de segregação social e racial... O que, na cidade, resiste?

Escovando a cidade a contrapelo e algumas notas sobre as jornadas de junho

Entretanto, apesar do esforço sobrenatural que a *máquina abstrata de rostidade* emprega para se inscrever no corpo dos indivíduos e padronizar sua subjetividade, algo sempre lhe escapa, escorre pelas extremidades ou se camufla no ambiente. Resistência zigzagueante – sem endereço fixo ou qualificação – que pulula quando menos se espera e que acaba por sabotar o regime de significação-subjetivação dominante¹⁹. Sua própria existência/persistência = *persixtência* é um ato de desafio ao *Rosto da Cidade*, razão pela qual é diuturnamente perseguida e demonizada, em busca de uma certa “purificação” da urbe – uniformização das relações humanas e da própria concepção de homem/mulher.

É um quadro semelhante ao que nós encontramos no conto “As Faces do Inimigo” do escritor e tradutor das obras de Kafka em nosso país, Modesto Carone. Um homem passa as tardes a vigiar o crescimento dos pelos em seu próprio corpo, munido de uma lupa e um arsenal de pinças, apenas para arrancar e se livrar daqueles que estejam em desconformidade com a NORMA. Evidentemente, trata-se de uma empreitada ingrata e paranoica, tendo em vista que não há como conter o aparecimento irrefreável de variadas formas de pelos que não se enquadrem na variação preponderante²⁰.

19 Em nosso tempo, as formas de resistência adquirem outros matizes e uma ampla gama de modalidades de ação. Nota-se que “a sociedade civil é absorvida no Estado, mas a consequência disso é uma explosão dos elementos previamente coordenados e mediados na sociedade civil. As resistências deixam de ser marginais e tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes; os pontos individuais são singularizados em mil platôs.” (Hardt, M. e Negri, A. *Império*. Tr. br. Berilo Vargas. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 44).

20 Lê-se em um trecho muito ilustrativo: “Se vejo um pelo da perna ou da orelha crescendo torto ou fraco; se ele não se ajusta à simetria que sinto necessária ao meu rigor, não hesito: alcanço uma das pinças que ficam à minha mão e extirpo-o com um golpe seco para não deixar raízes nem sequelas. É verdade que esse trabalho tem se tornado intenso e dispendioso: a multiplicação dos pêlos é abundante, uma revista eficiente exige a atenção mais pertinaz, os espécimes rebeldes proliferam, a conta de luz, por causa dos refletores, sobem sem parar, e a reposição de pinças – são tantas as que perdem a garra – transformou-se de lúdica em exasperante.” (Carone, M. *Por Trás dos Vidros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149).

Cada um deles é singular, e, assim, impossível de ser avaliado ou medido em relação aos demais, a não ser com base em uma abstração depuradora que possua como escopo capturar o *inapreensível* e achatar o *irredutível*. Assim, as “explosões silenciosa da minha pele”, como o autor coloca, ou, ainda, “essa vida estranha que evolui em mim mas à minha revelia”²¹, é insuscetível de ser apropriada ou domada. É fugidia, espontânea, híbrida, fluída. Quando se pensa tê-la em mãos, ela ressurge e se desenvolve em outra parte; se divide, se multiplica, resiste e *re-existe*.

Mas há ainda outro aspecto a ser considerado.

Se “o rosto é uma política”²², e levando em consideração que “introduzimo-nos em um rosto mais do que possuímos um”²³, uma vez que ele antecede toda e qualquer experiência concreta (“pois, antes do ser, há a política”²⁴), a implicação disso é que o terreno da batalha está lançado de antemão. Nós, em grande parte, já aderimos a grande parte dos preceitos, códigos e cifras impostos pela *máquina abstrata de rostidade* e é dentro desta realidade que nos deslocamos; quer aceitando passivamente seu CHAMADO ou fazendo implodir suas estruturas e pervertendo seu REGULAMENTO.

Esta é uma das mais necessárias lutas políticas do nosso tempo: curto-circuitar os mecanismos de produção de subjetividade do Rosto que nos formatam, que vampirizam nossa potência e bloqueiam a esfera do comum na metrópole. Ainda mais se acompanharmos as reflexões negrianas de que metrópole está para a fábrica assim como a multidão está para a classe operária²⁵.

À semelhança desta passagem, escrevem Deleuze-Guattari (Ano zero – Rostidade, op. cit., p. 50): “De qualquer modo, você foi reconhecido, a máquina abstrata inscreveu você no conjunto do seu quadriculado. Compreendendo-se que, em seu novo papel de detector de desvios, a máquina de rostidade não se contenta com casos individuais, mas procede de modo tão geral quanto em seu primeiro papel de ordenação e normalidades. Se o rosto é o Cristo, quer dizer o Homem branco médio qualquer, as primeiras desvios, os primeiros desvios padrão são raciais: o homem amarelo, o homem negro, o homem de segunda ou terceira categoria.”

21 Carone, M. As faces do inimigo. In: *Por Trás dos Vidros*, op. cit.

22 Ibidem, p. 55.

23 Ibidem, p. 49.

24 Deleuze, G. e Guattari, F. 1874 - Três novelas ou 'o que se passou?'. In: *Mil Platôs...*, op. cit., p. 85.

25 Cf. A metrópole está para a fábrica assim como a multidão está para a classe operária. Entrevista com Toni Negri por Federico Tomassello, traduzida por Bruno Cava e publicada

Quanto às resistências atuais, elas – mais do que nunca – não são meras decorrências de sujeições, privações e/ou crises de ordem econômica, senão que os aspectos culturais e políticos encontram-se *ab initio* indissociavelmente entrelaçados com o âmbito econômico. As resistências clamam sobretudo por outra(s) sociabilidade(s), outros modos de existência na cidade; heterotopias, no lugar de utopias²⁶.

Mais uma vez, com a dupla Deleuze-Guatarri: “Se o rosto é uma política, desfazer o rosto também o é, engajando devires reais, todo um devir-clandestino. Desfazer o rosto é o mesmo que atravessar o muro do significante, sair do buraco negro da subjetividade.”²⁷

Noutras palavras, é preciso romper com a complexa rede de poderes que dissocia da humanidade sua potência afirmadora e autocriadora ao mesmo tempo em que vampiriza sua “mais-valia-subjetiva” – produtora de mundos – e explora seu *excesso-de-vida* através da sedução e apropriação para dentro da máquina capitalística contemporânea.

Por isso, reafirma-se, devemos fazer ruir o Rosto e sua *máquina abstra-ta* estratificante e dicotômica. Qualquer ato, movimento, grafite, canção ou poesia que desbote na rua metálica tal qual a flor drummondiana que “furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”²⁸. Nesse embalo, o *acontecimento-jornadas-de-junho*²⁹, o qual rasgou o mapa oficial do Estado-mercado e se insurgiu contra o poder constituído, oxigenou e inflamou um novo ciclo de lutas *na cidade e pela cidade*, contra a *máquina abstrata de rostidade* que se esforça por teleguiar as vidas dentro de percursos já estabelecidos e com base em identidades, papéis sociais e opressões desde há muito consolidadas.

A potência multitudinária das jornadas de junho, seu devir e seu acoplamento nas lutas sociais atuais, depende da capacidade de se articular a crise do modelo privatista, financeirizado e “catracalizado” da metrópole, em

neste número do *Cadernos de Subjetividade* (originalmente publicada na Euronomade).

26 Cf. Foucault, M. As heterotopias. In: *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio Daniel Defert. Tr. br. Salma T. Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013, p. 19-30.

27 Deleuze, G. e Guattari, F. Ano zero – Rostidade, op. cit., p. 64.

28 Drummond, C. de A. A flor e a náusea. In: *A rosa do Povo*. 33. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 27.

29 Cf. Dotto, P. Junho de 2013: o Acontecimento. In: Cava, B. e Cocco, G. (orgs). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014, p. 283-92 (Col. Políticas da Multidão).

prol de um agenciamento vigoroso entre desejo, afeto, cidade e democracia substancial. Eis, aí, sua potência. Eis, aí, nossa aposta.

* Pedro Dotto é membro do Grupo de Pesquisas Michel Foucault (PUC-SP/CNPq), bacharel em Direito e mestrando em Filosofia na PUC-SP. Escreveu o capítulo “Junho de 2013: o Acontecimento” para o livro *Amanhã Vai Ser Maior: o levante da multidão no ano que não terminou*, organizado por Bruno Cava e Giuseppe Cocco (Annablume, 2014).

